

Ruptura metabólica no capitalismo: a urgência do proletariado ambiental no enfrentamento à crise ecológica

Metabolic rupture in capitalism: the urgency of the environmental proletariat in facing the ecological crisis

Nicole Alves Espada Pontes*

Resumo: O artigo busca evidenciar a destrutividade ambiental pela dinâmica capitalista, partindo de uma pesquisa teórica e documental. Inicialmente recupera importantes contribuições de Marx para compreendermos a relação do ser social com a natureza, bem como de autores/as que dialogam teoricamente com essa perspectiva, sobretudo no aprofundamento da categoria de ruptura metabólica. Documentos e relatórios subsidiam com dados importantes para situarmos esse debate na concreticidade, ao relacionar e evidenciar problemáticas ambientais contemporâneas – que nos provoca ao reconhecimento das contribuições do que Foster (2020) denominará de “proletariado ambiental”. O artigo finaliza fortalecendo o debate ambiental pela perspectiva marxista, ao demonstrar as contradições que vivenciamos atualmente enquanto parte fundamental e estruturante do sistema capitalista, e ao trazer a necessidade da luta de classes no processo de transformação societária, com a urgente centralidade do “proletariado ambiental” nesse processo.

Palavras-chaves: Capitalismo, Ruptura metabólica, Proletariado ambiental.

Abstract: The article seeks to highlight environmental destructiveness due to capitalist dynamics, based on theoretical and documentary research. Initially, it recovers important contributions from Marx to understand the relationship between social beings and nature, as well as authors who theoretically dialogue with this perspective, especially in deepening the category of metabolic rupture. Documents and reports provide important data to place this debate in concrete terms, by relating and highlighting contemporary environmental issues – which provokes us to recognize the contributions of what Foster (2020) will call the “environmental proletariat”. The article ends by strengthening the environmental debate from a Marxist perspective, by demonstrating the contradictions that we currently experience as a fundamental and structuring part of the capitalist system, and by bringing up the need for class struggle in the process of societal transformation, with the urgent centrality of the “environmental proletariat” in this process.

Keywords: Capitalism, Metabolic rupture, Environmental proletariat.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduação em Jornalismo pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é professora substituta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS) vinculado à Universidade Federal de Pernambuco e acumula estudos com ênfase em "Questão Ambiental", "Mineração" e "Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social".



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-BR>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

A natureza nos atravessa. Os alimentos que consumimos, a água que tomamos, a roupa que vestimos, cada material necessário para construir os locais aos quais habitamos. Atravessa nossos corpos; o ar que respiramos, os nutrientes que circulam em nosso organismo, nossa matéria que, assim como outros animais, possui elementos desse grande globo de abundante vida que é a Terra.

A natureza nos atravessa em cada detalhe minucioso de nossos cotidianos, assim como a atravessamos. Estamos nela, somos partes dela. Sim, “que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”, já desvelava Marx (2010, p. 84).

Ainda assim, existe um movimento no interior do sistema capitalista que vem permitindo que gestemos a destruição da natureza, portanto, nossa autodestruição. Para compreender esse processo em seus fundamentos estruturantes o trabalho busca, através de uma pesquisa teórica de base marxista, recuperar contribuições de Marx e de autores/as comprometidos/as com o aprofundamento do debate ambiental pela perspectiva marxista, como Foster (2004, 2020), Saito (2021), Foladori (2008), dentre outros/as – explorando desde a relação essencial do ser social com a natureza, até a ruptura metabólica instaurada pelo capitalismo.

Para apoiar essa análise na concreticidade, há explanação de dados, colhidos em pesquisa documental recente (OXFAM, 2020; WRM e GRAIN, 2015; Ecodebate, 2021), que evidenciam os índices sociais e ambientais de destrutividades alarmantes que ameaçam a vida humana na Terra, situando a centralidade desse processo estruturalmente e apontando a importância de trazermos o debate sobre o “proletariado ambiental” (Foster, 2020): que recoloca a questão ecológica como central, e ao realizar esse movimento, resgata a importância de diferentes sujeitos nessa transição – principalmente aqueles que ainda são resistências contra o avanço do capital sobre a natureza.

Por fim, o trabalho fortalece a discussão ambiental pela perspectiva marxista, ao situá-la enquanto parte fundamental e estruturante do sistema capitalista, bem como apontando possibilidades de fortalecimento da luta de classes com a urgente centralidade das populações originárias, quilombolas, camponesas, ribeirinhas, enfim, àquelas que de alguma forma seguem resistindo ao avanço do capital sobre a natureza e que Foster (2020) denomina “proletariado ambiental”.

Relação entre ser social e natureza à luz da teoria marxista

A particularidade interacional da sociabilidade humana defronte a natureza é particular e una no reino animal: diferente das demais *species*, a humanidade é capaz de (re)criar o exterior sensível não apenas por suas necessidades restritamente instintivas, tendo a capacidade de idealizar e formar a partir de uma potencialidade livre, que lhe permite inaugurar leis da estética, da arte, da beleza. “O homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species*, e sabe considerar, por toda parte, a medida inerente ao objeto, o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza” (Marx, 2010, p. 85).

Essa admirável capacidade criativa e transformadora concretiza-se a partir do desenvolvimento da generacidade humana que historicamente permite processos e transformações serem socialmente concretizados, continuados e posteriormente aprimorados. Ou seja, o caráter coletivo particulariza a forma humana de (re)produzir o mundo exterior, e concomitante, a cada indivíduo, socialmente.

A capacidade de (re)criar a realidade efetivamente faz, dessa forma, parte de um processo de construção do próprio ser social na natureza. O desenvolvimento da sociedade, aquilo que se ergue através do trabalho humano, o que se cria socialmente, é o produto de sua potencialidade enquanto ser genérico. Supõe diferentes processos de evolução e transformação de suas faculdades, que historicamente (re)coloca necessidade de diferentes interações e mediações com o mundo exterior para o estabelecimento da sociabilidade.

O desenvolvimento da realidade pela corporeidade humana se dá então, através de sua potencialidade de engendrar uma atividade livre, que evolui e complexifica-se historicamente. O ser social faz da sua atividade vital um instrumento da sua vontade e da sua consciência, nas palavras de Marx (2010), o ser social possui “atividade vital consciente” (p. 107).

Marx (2010) desvela esse traço essencial: o homem é um ser social não só por que prática e teoricamente converte, tanto a si como as demais coisas objetos de seu gênero; mas também por que se relaciona consigo mesmo e o exterior sensível como um gênero vivo, universal e sobretudo, livre. “Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente

é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre” (Marx, 2010, p. 84).

Considerando a atividade vital a essência de cada espécie, a atividade consciente livre é a característica genérica do homem. Sua vida produtiva é, assim, expressão de seu gênero humano. “A vida produtiva é (...) a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (Marx, 2010, p. 84).

Por isso, diz respeito a uma capacidade consciente livre, livre para criar: para além de seu instinto animal, tem a potencialidade para transformar a si, sua interação com o meio ao qual está inserido, simultânea e conseqüentemente, a sociedade e o mundo como um todo. De fato, as criações humanas alcançaram um nível de complexidade incomparáveis a quaisquer outros seres vivos do planeta.

A magnitude das mudanças as quais assistimos hoje são, portanto, fruto das transformações do exterior sensível que social e historicamente perpassam o processo de trabalho, considerando que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2013, 326).

Historicamente os homens vêm intervindo na natureza através de seu trabalho como forma de criar utilidades para (re)produzir-se, criando formas de utilizar os recursos naturais – que em sua forma geral e originária visa à produção de valores de uso, isto é, bens capazes de satisfazer precisões de algum tipo.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 2013, p. 167).

Assim, todos os avanços e evoluções que assistimos no mundo exterior correspondem a uma conquista da autoconstrução do ser social em seu processo de trabalho. Pode-se apreender, portanto, que o trabalho diante à natureza é o âmbito que materialmente possibilita a humanidade imprimir sua objetividade. É a realização de algo que lhe é inerente, a potencialidade que permite transformá-la para buscar suprir aspectos de sua (re)produção física e espiritual. Não se trata de uma apreensão externa ao seu ser, alheia à sua essência: é constituinte do desenvolvimento humano.

Marx reconheceu a relação metabólica existente entre homem-natureza no interior do seu próprio desenvolvimento. Trata-se de um processo de interação, dependência e interconexão do ser social; que ao gerar modificações externas, modifica simultaneamente a si

próprio. “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 2013, p. 327).

A natureza é, assim, matéria viva com a qual há reciprocidade no processo de trabalho, considerando que as modificações geram trocas que alteram tanto a natureza humana como a natureza não-humana.

A natureza como a mãe da riqueza material fornece não apenas objetos de trabalho, mas também trabalha ativamente junto com os produtores durante o processo de trabalho. (...) O trabalho concreto, como regulador dessa interação metabólica permanente entre humanos e natureza, não apenas tira da natureza mas também devolve os produtos do trabalho, incluindo o lixo, ao mundo sensível (Saito, 2021, p. 132).

O metabolismo social supõe, assim, o vínculo humano enquanto parte da natureza, pois necessariamente o homem relaciona-se com os recursos naturais – seja direta ou indiretamente. É através dessa relação metabólica que ele é capaz de (re)criar o exterior sensível e, concomitantemente, a si mesmo. “Em outras palavras, é somente por meio da relação incessante com a natureza que o homem pode produzir, se reproduzir e, enfim, viver na Terra” (Saito, 2021, p. 132).

A forma como essa relação concretiza-se, no entanto, acompanha o movimento da história – que não é estático, nem tampouco linear. Conforme elucidou Marx (2011, p. 13), “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade”. Diferentes modelos produtivos engendram singulares determinações sobre o desenvolvimento do metabolismo, considerando que o processo de trabalho em sua interação com a natureza vai ser determinado pela forma de produzir socialmente.

Ruptura metabólica sob os ditos do capital: enfrentamentos necessários

Desde finais de 2019 até 5 de maio de 2023, a particularidade vivenciada pelo mundo foi de um sistema que precisou se reinventar diante da pandemia do novo coronavírus. Muitas atividades produtivas interrompidas. A quem restou opção de se resguardar em casa, precaução. Aqueles que precisaram ocupar os postos das atividades consideradas “essenciais”: o risco. Nesse processo assistiu-se os colapsos dos sistemas de saúde e mais de 15 milhões de vidas ceifadas.

E “o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico” (Harvey, 2020, p. 16). No caso da COVID-19 assistimos um banho de negacionismos em todo o globo, que convidava trabalhadores a continuarem se expondo, clamando que a economia não podia parar. Se por um

lado corriam rios de dinheiro para financiar grandes empresas, por outro as micro e pequenas empresas fechavam suas portas, enquanto auxílios miseráveis restavam aos trabalhadores.

O recorte de classe que traçou panoramas de crescente desemprego, fome, desespero para alguns, e em polo oposto, de contínua acumulação e centralização de fortunas. De fato, em setembro de 2020 já era possível assistir a concretude dessa incoerência no Brasil: enquanto 13 milhões de brasileiros continuavam sem emprego e 600 mil micros, pequenas e médias empresas fechavam suas portas, os 42 bilionários do país aumentavam sua fortuna em US\$ 34 bilhões (OXFAM, 2020). “Ao contrário dos que afirmam que o ‘vírus não tem classe’, a realidade brasileira evidencia o caráter de classe da pandemia e o poder nefasto dos interesses privados que movem o capitalismo” (Peixoto *et al.*, 2020, p. 30).

Nesse cenário estarrecedor, o sexto “Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas” (Intergovernmental Panel on Climate Change Sixth Assessment Report) publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) retoma a urgência do enfrentamento ao problema do aquecimento global. O relatório concluiu que desde 1850 o planeta aqueceu em média 1,1° C e que o aquecimento médio global pode atingir ou exceder 1,5° C nos próximos anos – abrindo possibilidade de eventos extremos sem precedentes históricos ocorrerem. Para além, alerta que muitas consequências já são irreversíveis em escalas de tempo de séculos a milênios, principalmente referente às mudanças no oceano, nas camadas de gelo e no nível global do mar (Ecodebate, 2021).

E “apesar das políticas e acordos internacionais para reverter a situação, existem forças sócio-econômicas que reproduzem continuamente a degradação e a depredação do meio ambiente externo; mas também que degradam a própria natureza humana” (Foladori, 2008, p. 193). De fato, o fechamento da última Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP26, apesar de estar diante do alarde desse último relatório do IPCC, assinado por 234 cientistas de 195 governos e sendo realizada após 20 meses de pandemia, demonstrou isso: o “Pacto de Glasgow”, documento fruto da conferência, não foi capaz de trazer nenhuma mudança estrutural, com um real enfrentamento à situação calamitosa do planeta. (Genin, Frasson, 2021). Os avanços propostos, dentro de um quadro que já é irreversível só anuncia como é difícil retirar a destrutividade da pauta capitalista. O capitalismo é um modo de produção marcado, assim, pela destrutividade em diferentes esferas da vida.

O capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz num contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas) e contra as forças evolutivas autônomas e independentes que estão perpetuamente remodelando as condições ambientais. Deste ponto de vista,

não existe um verdadeiro desastre natural. Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas. (Harvey, 2020, p. 15)

Por isso a pandemia do novo coronavírus, o aquecimento global ou diferentes expressões da crise ambiental a qual atravessamos contemporaneamente não se referem a eventos excepcionais, isolados, fluxos do trabalho produtivo humano em geral, e sim reflexos factuais da lógica que move o capitalismo em particular.

Em verdade, estamos diante de um sistema ímpar: a profunda separação do produtor de sua própria atividade reveste o modo de produção burguês com particularidades, e possibilita a reprodução de incontáveis contradições – dentre o processo de alienação do homem com sua natureza essencial, considerando que o desenvolvimento das potencialidades humanas em sua interação com a natureza não está a serviço das necessidades do gênero humano propriamente, mas aos ditames do mercado que em seu frenesi alucinado atropela os próprios ciclos dos recursos naturais.

O sistema capitalista simplesmente produz sem considerar a capacidade dos ecossistemas de reproduzir as matérias-primas que são extraídas deles. De outro lado, também não produz considerando a satisfação das necessidades humanas. Produz guiado, exclusivamente, pelo lucro (Foladori, 2008, p. 196).

A propriedade privada inaugura uma separação no cerne do processo produtivo, que ao privar o produtor do mundo exterior, dos meios de produção e de sua própria força de trabalho em seu caráter social, colocando-os sob propriedade de outrem, retira sua capacidade vital consciente, à medida que seu próprio trabalho é exteriorizado. Assim, no lugar de uma atividade consciente, social, criativa e livre tem-se um profundo estranhamento no interior do processo de trabalho.

O trabalhador é violentamente apartado de todo processo produtivo criativo e reduzido a objetivação dos produtos do próprio trabalho. O caráter social do trabalho reduz-se ao caráter material dos objetos de trabalho, ou seja, as relações sociais entre os trabalhadores assumem um caráter geral das mercadorias produzidas.

Reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (Marx, 2013, p. 206).

A igualdade do trabalho humano assume a forma do “valor” e os componentes do trabalho social aparecem nas mercadorias como materialidade das mesmas. As mercadorias, assim, “ganham vida própria”, e nesse contexto, a relação social entre trabalho humano se reduzem a característica de relação entre “coisas”.

A alocação de todo o trabalho e a distribuição de todo o produto sob a produção de mercadorias são arranjadas pela mediação do “valor”, isto é, trabalho abstrato objetificado. Não há um acordo consciente entre os produtores a respeito da produção geral, porque eles simplesmente seguem as mudanças de preços do mercado (Saito, 2021, p. 142).

A realidade fragmentada chega àqueles que trabalham sob o fetiche das mercadorias, em uma existência tão vazia de sentido que parece deletável apenas externa à própria atividade que lhes é vital: por que não é atividade consciente, e portanto, tampouco livre. “O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (Marx, 2010, p. 85). Em oposto, o processo de trabalho aparenta ser mazela da existência, gera dissabor, desconforto. Aquilo que é universal e genérico não se faz presente, invisível aos sentidos alienados. “O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (Äusserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro” (Marx, 2010, p. 85).

A exterioridade da essência humano-genérica é tamanha que torna-o capaz de sua absurda autodestruição – posto que o modo capitalista de produção se reproduz objetivamente sob uma perspectiva incongruente de aniquilamento dos recursos naturais fundamentais às condições materiais de existência da própria humanidade.

Dessa forma, o capitalismo inaugura “novas características sociais para a interação metabólica transitória entre humanos e natureza” (Saito, 2021, p. 142), onde a criação humana faz-se coisal, e a natureza restringe-se a um “laboratório e reserva de matérias-primas” (Kosik, 1976, p. 77).

Uma vez que a produção social nada mais é que a regulação da interação metabólica entre humanos e natureza, o valor é agora o seu mediador, o que significa que o dispêndio de trabalho abstrato é levado em consideração em primeiro lugar no processo metabólico. Em contraste, outros elementos dessa interação metabólica, como trabalho concreto e natureza, desempenham um papel secundário e são levados em consideração apenas na medida em que se relacionam com o valor, mesmo que continuem a funcionar como fatores materiais essenciais no processo de trabalho. Uma vez que o trabalho abstrato também é um elemento material do processo de trabalho, seu gasto não pode ignorar completamente outros elementos materiais que operam com ele. Contudo, graças à elasticidade material desses elementos, eles podem se subordinar ao trabalho abstrato. O germe de uma relação contraditória repousa entre a natureza e os humanos e se desenvolve em um grande antagonismo entre natureza e sociedade com o desenvolvimento da produção capitalista (Saito, 2021, p. 142).

O modo de produção capitalista estabelece, assim, uma verdadeira ruptura da relação metabólica essencial. Trata-se de um sistema que depende de uma realidade em fragmentos para ascender. A centralização e acumulação de capitais ocorre fruto de múltiplas separações

da totalidade social. Se por um lado é um sistema capaz de romper barreiras e fronteiras para seus movimentos de exploração de mão de obra e recursos naturais estratégicos, o faz sobre estilhaços de trabalho humano alienado, da superficialização da vida, e uma infinidade de incoerentes dualidades: natureza versus sociedade, cidade versus campo, trabalho versus consumo.

O surgimento do capitalismo introduziu mediações de segunda ordem particulares, associadas à forma específica da produção de mercadorias e à incessante busca por acumulação de capital. Propriedade privada e trabalho assalariado alienaram não apenas a humanidade e o processo produtivo, mas a própria natureza. (...) Esse processo tomou a forma de uma mediação alienada, gerando uma ruptura metabólica entre natureza e sociedade (Foster; Clark, 2020, p. 184).

Demarcar a ruptura do metabolismo social sobre a lógica capitalista é fundamental para desconstruir as pretensas teorias de “leis naturais” que – de forma falha – buscam justificar desigualdades sócio-históricas. De teorias que se baseiam nas incoerências malthusianas, ao pós-modernismo que abstrai-se de historicidade: o terreno sobre o qual as desigualdades reproduzem-se atualmente encontra raízes no desenvolvimento histórico do capitalismo – que de fato é ulterior ao modo de produção em voga, e traz consigo heranças de formações societárias anteriores, mas que sobretudo inaugura particularidades destrutivas através de relações sociais profundamente alienadas.

A necessidade humana de produzir cede lugar a necessidade capitalista de acumular. A produção desloca-se da esfera das necessidades e move-se numa corrida incessante para estimular o consumo. “Para isso tem que produzir sempre mais, vender sempre mais, criar no consumidor a necessidade de mais mercadorias, fazer que as mercadorias durem o menos possível, para ter que reproduzi-las” (Foladori, 2008, p. 196).

A obsolescência programada funciona exatamente nessa direção: descartabilidade acelerada é fundamental para acelerar o processo de circulação das mercadorias, então tem-se uma tecnologia que volta-se ora por tornar as mercadorias rapidamente obsoletas, substituíveis, desatualizadas, ora por torná-las efetivamente de má qualidade, descartáveis.

Existe maior atentado contra a natureza que extrair matéria prima de todo tipo, que depois vai ser desperdiçada, que não vai ser consumida, que não vai satisfazer necessidades, ou vai fazê-lo só em parte? Mas o sistema capitalista não possui meios capazes de evitar os ciclos econômicos e, com isso, o desperdício e a sub-utilização de natureza transformada. A existência de uma permanente brecha entre a oferta e a procura é uma constante do sistema capitalista. Conseqüentemente, é necessário dizer que o sistema capitalista é inimigo da natureza (Foladori, 2008, p. 196).

Na atual fase do capitalismo essas contradições estão se agudizando. Trata-se de um acirramento no processo de mundialização do capital, com a financeirização ocupando

centralidade no cenário internacional, que dentre o aprofundamento de vários expoentes dessa dinâmica supõe a intensificação da “expropriação acelerada sobre a natureza e sua devastação, aprofundando ainda mais a concentração da riqueza e a produção da miséria; do crescimento das classes trabalhadoras e das formas brutais de fragmentação e opressão” (Fontes, 2017, 417).

A crise, outrora cíclica, esbarra nos limites estruturais de autoexpansão do capital e hoje “os níveis de esgotamento da natureza não só coloca em risco a existência de inúmeras espécies vivas, como também indica um agravamento das condições materiais para a reprodução do sistema” (Mota; Silva, 2009, p. 44). Desde a pandemia e o último relatório do IPCC supramencionados, à “escassez de algumas matérias primas e aos efeitos catastróficos da produção industrial – a exemplo da incomensurável produção de lixo e dejetos de toda ordem” (Mota; Silva, 2009, p. 44).

Mas se por um lado essas contradições representam uma ameaça para sociedade e para o processo de reprodução do próprio sistema, por outro sua lógica não permite que sejam estruturalmente enfrentadas. É por isso que as propostas de preservação ambiental, ainda que muitas vezes coloquem-se na pauta do dia, não são capazes de impedir o avanço da devastação da vida, em verdade, assistimos “atrás do chamado *desenvolvimento sustentável* e da economia verde, o compromisso com a conservação da ordem econômico-social vigente e não com sua transformação” (Zacarias, p. 133).

Por que enquanto os enfrentamentos permanecem centrados em soluções a nível micro, apostando em novas tecnologias e iniciativas que não alteram as relações sociais de produção da sociedade capitalista de modo ampliado, os resultados são a curva em ascendente destrutividade socioambiental. “As soluções propostas nem sequer arranham a superfície do problema, sublinhando, novamente, que estamos à frente de uma contradição interna insolúvel do próprio capital” (Mészáros, 2011, 802), e que por isso, infelizmente nenhuma Conferência do Clima pautada nessa direção, por mais ambiciosa que aparente ser, será capaz de encontrar saídas factíveis.

Em verdade, as soluções propostas pelo interior do sistema, antes de buscar resolutividade acabam por reforçar sua dinâmica e criar novos nichos de acumulação. “Dessa forma, a efetiva apropriação da natureza pelo capital manifesta uma modalidade de desenvolvimento das forças produtivas, na qual os avanços científicos e tecnológicos subordinam-se às necessidades da acumulação” (Mota; Silva, 2009, p. 44).

Essas proposições têm, inclusive, gerado um avanço maior do capital sobre áreas de reservas ambientais e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, camponeses, pescadores e ribeirinhos vão sendo atropelados não apenas pela destrutividade ambiental gerada

pela produção industrial, extrativista e agrícola propriamente, como também pelas novas modalidades de propostas e/ou tecnologias verdes, como o sistema de REED+ (“Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación de los Bosques”) ilustra claramente: uma proposta de reflorestamento que coloca a agricultura familiar e suas formas de cultivo como culpadas das alterações climáticas e do desmatamento, e, portanto, retiram ou restringem o acesso dos camponeses à terra e às florestas, limitando a produção e uso. No lugar de enfrentar “el problema real (la agricultura industrial y el sistema corporativo de producción de alimentos), estas agencias promueven programas dirigidos a los campesinos y distraen la atención de la gente de las medidas que son necesarias” (WRM; GRAIN; p. 08).

Em verdade, o campesinato, os povos originários e as populações que fazem uso consciente da terra são sujeitos fundamentais para o enfrentamento do aquecimento global e da lógica destrutiva a qual precisamos enfrentar com urgência. Tratam-se de sujeitos que protagonizam um movimento de resistência histórico contra o padrão de dominação e uso predatório dos recursos naturais, pois constroem uma relação que se afirma na contramão da ruptura metabólica: ao reestabelecer a relação humana como parte da natureza conseguem reproduzir formas verdadeiramente sustentáveis de relacionar-se com os recursos naturais.

De fato, estudos mostraram que factualmente, terras sob gestão de comunidades tradicionais guardam cerca de 24% do carbono estocado na superfície. No caso do Brasil, as terras indígenas têm o potencial de evitar a emissão de 31,8 milhões de toneladas anuais de CO₂. Ou seja, seria como tirar de circulação cerca de 6,7 milhões de carros por um ano (BNDES, 2017).

E justamente por esse lugar que ocupam historicamente, são sujeitos basilares na luta de classes e no processo de transformação societária. Se o horizonte for realmente revolucionário e de emancipação humana, é preciso articular a centralidade da pauta ambiental – onde as condições econômicas e ecológicas rompam a pretensa fragmentação instaurada pelo capitalismo.

A luta de classes e os momentos revolucionários são produtos da fusão da necessidade objetiva com uma demanda por liberdade, que emana de condições materiais que não são simplesmente econômicas, mas também ambientais no sentido mais amplo. As situações revolucionárias são, portanto, mais prováveis quando uma combinação de condições econômicas e ecológicas torna necessárias as transformações sociais e as forças e relações sociais estão desenvolvidas o suficiente para tornar essas mudanças possíveis. (Foster, 2020).

Assim, quando nos voltamos aos sujeitos que resistem ao avanço do capital sobre a natureza, identificamos que ainda que sejam lutas particulares, o fundamento da luta é uno: o

sistema do capital impera, e sua destrutividade está em diferentes âmbitos, mas estruturada sob uma mesma dinâmica. Sim, por que ainda que com toda tentativa de mistificar, fragmentar e obscurecer a totalidade afirma-se na realidade concreta. Não se pode apreender fenômenos isolando-os fora do todo tampouco isolando o todo de suas determinações. “Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si” (Kosik, 1976, p. 44).

Sem negar o papel do avanço científico e tecnológico contemporâneo, que configura avanços incontáveis e possibilitam outra qualidade de vida para sociabilidade humana, faz-se mister incorporar os saberes tradicionais silenciados historicamente que podem ser pontes fundamentais para acessar caminhos de resistência e desalienação da realidade fetichizada. Não é possível avançar excluindo determinações fundamentais à luta. A resistência precisa se mover e se fortalecer por diferentes esferas da sociedade, e esse movimento de unificação das lutas sociais também desvela a totalidade social que nos chega em fragmentos.

No papel revolucionário, o “proletariado ambiental”, como denominou Foster (2020), é central no processo de constituição de uma nova ordem societária. “A questão do proletariado ambiental — examinada de um ponto de vista global e contemporâneo — se sobrepõe e é indistinguível da questão do campesinato ecológico e das lutas dos povos indígenas” (Foster, 2020).

Assim sendo, povos indígenas, tradicionais, quilombolas e ribeirinhos são fundamentais na conservação da natureza e suas vozes e vivências precisam encontrar o espaço protagonista no processo anticapitalista de transformação social – a organização da classe trabalhadora com o proletariado ambiental é fundamental, e rompe com a fragmentação que o capital nos impõe para sua perpetuação: a totalidade social, com seus diferentes sujeitos, em uma só direção revolucionária que não distancia-se da pauta ecológica, mas a incorpora como central no processo de transição.

Considerações finais

Os retalhos da realidade desencontram-se na utilização de meios que não pertencem às mãos que manuseiam, de um espaço onde os pés não encontram identidade, onde a criatividade humana é amordaçada, e o esforço resulta em um produto que não pertence ao produtor. No lugar de receber conforme sua atividade, os trabalhadores recebem conforme o pagamento dos proprietários de tudo isso, proprietários incluindo de sua força de trabalho. Esse “valor”

misterioso que chega em forma de dinheiro só vai permitir consumir aquilo que é necessário à sobrevivência fora do próprio processo de trabalho.

Os trabalhadores não são efetivamente partícipes do processo trabalho como tal, antes pequenas partes. Peças como todas as outras humanas e inumanas: dos meios de trabalho aos demais sujeitos ali presentes, tudo parece se reduzir a “coisas”, “mercadorias” descartáveis e substituíveis.

A ruptura do metabolismo social coloca-nos diante de uma natureza, humana e não-humana, devastada. Os níveis de destrutividades são crescentes e acirram-se no movimento de expansão e acumulação de capitais, demonstrando através de pandemias e desastres de diferentes características a necessidade de colocarmos freio ao sistema capitalista como imperativo civilizatório.

É na periferia do sistema que os custos são mais altos, e as soluções ditas sustentáveis avançam sobre as populações que ainda são capazes de estabelecer uma relação verdadeiramente sustentável com a natureza. Em verdade, “aqueles que mais sofrem com a exploração do capitalismo sabem muito bem que a plena mercantilização da natureza significa lucros privados e impactos socializados” (Fernandes, 2020).

O avanço do capital sobre terras indígenas e comunidades tradicionais, inclusive com seu distintivo de sustentabilidade como o REDD+ brevemente ilustrou acima, configuram um cenário que não ameaça apenas a vida desses sujeitos sociais isoladamente, mas também toda forma de interconexão e preservação da natureza – que em alguns níveis supõe uma resistência à própria ruptura metabólica, e em outros vem sendo protagonista na preservação da vida, da biodiversidade, e contra o aquecimento global.

Esto nos indica que la protección de la naturaleza contra la mercantilización capitalista es inseparable del hombre en tanto parte de la naturaleza. Dicho otra manera, toda política que asuma la cuestión ecológica deberá combatir también la alienación -la alienación mercantil, pero también la alienación en el trabajo- y esto con verdadera eficacia, y no como esas campañas en “defensa del empleo” donde vemos a los sindicatos aliados a los empleadores en torno a cuestiones como las normas en materia de polución. De lo que se trata es de actuar de tal manera que el individuo “individual”, creación del capitalismo escindido en productor y consumidor y privado de toda instancia que pueda ayudarlo a comprender las principales determinaciones de su experiencia social, pueda devenir un productor asociado, em condiciones de administrar sus relaciones con el medio natural según una racionalidad colectiva. El socialismo, así redefinido, es la palabra que debemos reaprender a defender. (Chesnais, 2009, p. 19)

A defesa do socialismo, como tal, perpassa a defesa do reestabelecimento do que por séculos nos é roubado pelo capital: nossa essência humano-genérica universal, e por isso enquanto parte da natureza que nos é própria. Trabalho humano não se restringe à mercadoria.

O mundo é muito mais do que a coisificação ao qual restringiu-se. Nossa capacidade de liberdade está alienada, mas ainda é potência revolucionária para alcançar transformação social.

Nesse sentido, colocar como pauta da luta revolucionária a inclusão dos sujeitos que historicamente têm enfrentado o avanço do capital sobre a natureza, é essencial num projeto revolucionário cuja causa incorpore a questão ecológica. O “proletário ambiental” surge assim, nessa interconexão da totalidade social, que não o distingue do proletário urbano numa luta que é uma: a superação do capitalismo e o reestabelecimento de uma sociabilidade humana verdadeiramente livre – e portanto, em conexão com sua natureza universalmente, interna e de todo o exterior sensível a qual pertence, depende, transforma-se e diferencia-se.

Referências bibliográficas

- CHESNAIS, François. Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, v. 19 n° 2, Jul-Dez 2009.
- ECODEBATE. IPCC AR6 WGI – Síntese principais conclusões do relatório. *Revista eletrônica EcoDebate*, ISSN 2446-9394, 09 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2021/08/09/ipcc-ar6-wgi-sintese-principais-conclusoes-do-relatorio/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- FERNANDES, Sabrina. Ecosocialismo a partir das margens. *Jacobin Brasil*, 20 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/07/ecosocialismo-a-partir-das-margens/>>. Acesso em: 17 out. 2021.
- FOSTER, John Bellamy. Uma hipótese para renovar o projeto socialista. *Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo*, 23 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/hipotese-para-renovar-o-projeto-socialista-1/>>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. *Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo*. Revista Socialist Register, p. 225-243, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.
- FOLADORI, Guillermo. A reedição capitalista das crises ambientais. *Revista Outubro*, n. 17, v. 1, ano 2008. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-07.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2021.
- GENIN, Carolina; FRASSON, Caroline Medeiros Rocha. O saldo da COP26: o que a Conferência do Clima significou para o Brasil e o mundo. *World Resources Institute (WRI), WRI Brasil*, 22 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/o-saldo-da-cop26-o-que-conferencia-do-clima-significou-para-o-brasil-e-o-mundo>>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike; et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. 4ª reimpr. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I - o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças. Questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, v. 19 n° 2, Jul-Dez 2009.
- OXFAM, Oxford Committee for Famine Relief. *Poder, lucros e a pandemia: da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos*. Setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>>. Acesso em: 09 set. 2021.
- PONTES, N. A. E. *O rompimento da Barragem de Fundão-MG: questão ambiental e crimes industriais sob a lógica capitalista*. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
- SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- WORLD RAINFOREST MOVEMENT e GRAIN. *Alerta!: el peligro de REED*. Los Proyectos REED+ y cómo debilitan a la agricultura campesina y a las soluciones reales para enfrentar el cambio climático, 29 de outubro de 2015. Disponível em <<https://www.grain.org/e/5325>>. Acesso em: 09 set. 2021.
- ZACARIAS, R. S. Do “Desenvolvimento Sustentável” à Economia Verde: as falsas propostas do capital em época de crise. *Revista Temporalis*, ano 12, n.23, 2012.